

**Atos Oficiais:**

**LEI Nº 6.964, DE 01 DE MARÇO DE 2024**

Institui a Campanha Municipal “Não Espere 24 Horas” destinada a divulgar a Lei Federal nº 11.259/2005, conhecida como “Lei da Busca Imediata”, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Professor Paulo César Ferreira)

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art.1º** Fica instituída, no âmbito do município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Campanha Municipal denominada “Não Espere 24 Horas”, de caráter permanente.

**Parágrafo único:** A finalidade da referida campanha é levar ao conhecimento da população o disposto na Lei Federal nº 11.259, de 30 de dezembro de 2005, conhecida como “Lei da Busca Imediata”, que acrescentou o § 2º ao art. 208, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), determinando a investigação imediata do desaparecimento de crianças e adolescentes após a sua notificação aos órgãos competentes. Para cumprimento do que dispõe o art. 1º, serão afixadas cópias do inteiro teor da “Lei da Busca Imediata” em locais visíveis nos seguintes estabelecimentos, dentre outros:

**I** - espaços das creches e escolas da rede pública e privada;

**II** - meios de transporte coletivo;

**III** - táxis;

**IV** - veículos de transporte de passageiros por aplicativos;

**V** - terminais rodoviários;

**VI** - sedes dos conselhos tutelares;

**VII** - bares, restaurantes, lanchonetes e similares;

**VIII** - hotéis, pensões, pousadas e outros que prestem serviços de hospedagem;

**IX** - postos de serviço de autoatendimento, abastecimento de veículos e demais locais de acesso público;

**X** - sedes de parque ecológicos e similares;

**XI** - prédios comerciais e ocupados por órgãos e serviços públicos.

**Art.2º** Por meio de decreto, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei no que couber.

**Art.3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 01 de março de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**SANDRO TORRES AMANTE**  
Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

Processo Administrativo nº 851/2024-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.961, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024**

**Dispõe sobre a celebração de Termo de Colaboração com as Associações Pais e Mestres - APM's das Escolas Municipais da Estância Turística de Ribeirão Pires para o ano de 2024, e dá outras providências.**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art.1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Colaboração com as APM's das Escolas Municipais sediadas no Município, objetivando desenvolver programas de cooperação mútua na manutenção e melhoria da qualidade do ensino.

**§1º** Fica vedada a contratação de pessoal para exercer função de natureza permanente.

**§2º** Para efeito do disposto no parágrafo anterior deste artigo considera-se função de natureza permanente a executada em caráter não eventual.

**Art.2º** O Termo de Colaboração de que trata o art. 1º será firmado de acordo com o anexo que integra esta Lei.

**Art.3º** As escolas municipais receberão os repasses uma de uma única vez, conforme segue:

Nº	ESCOLA MUNICIPAL	VALOR
1	Amauri Nascimento (I) 116 C	R\$ 10.000,00
2	Antônio Cumpian Silva (I) 59 C	R\$ 10.000,00
3	Cicera Benevides (I) 110 P	R\$ 10.000,00
4	Edir Maria (I) 147 C	R\$ 15.000,00
5	Francisco Melo (I) 54 C	R\$ 10.000,00
6	Julia Del Corto (I) 86 C	R\$ 12.000,00
7	Olivia M. Petrilli (I) 113 C	R\$ 12.000,00
8	Palmira Antonio (I) 58 C	R\$ 12.000,00
9	Monteiro Lobato (I) 140 P	R\$ 15.000,00
10	Katia Regina C. Ribeiro (I) 72 C	R\$ 12.000,00
11	Angelina Denadai (I) 183 C	R\$ 15.000,00
12	João Midola (F) 181 F	R\$ 20.000,00
13	Maria Gloria (I) 186 C	R\$ 15.000,00
14	Maria Siqueira de Paula (F) 153 F	R\$ 12.000,00
15	Neusa L. Sanches (I) 177 C	R\$ 15.000,00
16	Francisca Santiago (I) 153 P	R\$ 12.000,00
17	Mathilde F. David (I) 165 P	R\$ 15.000,00
18	Tia Mariinha (I) 165 P	R\$ 15.000,00
19	Abdalla Chiedde (F) 385 F	R\$ 10.000,00
20	Antonio Bacellar (F) 355 F	R\$ 15.000,00
21	Herbert J. de Souza (I) 287 P	R\$ 25.000,00
22	Lavinia Figueredo (F) 272 F	R\$ 25.000,00
23	Bernadete B. Seixas (I) 307 C	R\$ 25.000,00
24	Maria Gomes Pilar (I) 206 P	R\$ 15.000,00
25	Mabel Cunha (I) 204 C	R\$ 15.000,00
26	Manoel B. Da Silva (F) 272 F	R\$ 15.000,00
27	Silvio Grecco (I) 230 P	R\$ 15.000,00
28	Fiorindo Roncon (I) 220 P	R\$ 15.000,00
29	Valberto Fusari (I) 284 C	R\$ 25.000,00
30	Eng.º Carlos Rohm II (I) 410 P	R\$ 20.000,00
31	Yoshihiko Narita (F) 674 F	R\$ 25.000,00
32	Eng. C. Rohm Unid. I (F) 1.230 F	R\$ 30.000,00
33	Sebastião Vayego (F) 931 F	R\$ 30.000,00

**TOTAL GERAL**

<b>(F) FUNDAMENTAL</b>	<b>R\$ 182.000,00</b>
<b>(P) PRÉ</b>	<b>R\$ 157.000,00</b>
<b>(C) CRECHE</b>	<b>R\$ 203.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 542.000,00</b>

**Art.4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art.5º** Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 29 de fevereiro de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**ROSI RIBEIRO DE MARCO**  
Secretária de Educação e Cultura

Processo Administrativo nº 12/2024-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

**ANEXO**  
**MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO**

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AS APM'S DAS ESCOLAS MUNICIPAIS SEDIADAS NO MUNICÍPIO, COM O OBJETIVO DE DESENVOLVER PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO MÚTUA NA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO.**

Por este instrumento Termo de Colaboração, as partes, de um lado a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires (detalhar as especificações) e de outro lado as APM's (detalhar especificações e Cadastro do Cartório), tem entre si justo e acordado, o presente Termo de Colaboração, consoante as Cláusulas e condições da [Constituição Federal](#), da [Lei Nº 13.019/14, alterada pela LEI Nº 13.204/15](#), da [Lei Municipal nº 6.556](#) de 2 de março de 2021, e demais disposições legais pertinentes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** O Termo de Colaboração tem por objetivo desenvolver Programas de Cooperação Mútua na manutenção e melhoria da qualidade de ensino.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**2.1** Para execução do presente Termo de colaboração, o Município obriga-se a:

- I- Analisar e deliberar o Plano de Trabalho proposto pela APM;
- II- Transferir os recursos financeiros previamente estabelecidos no Plano de Trabalho, e de acordo com o cronograma de desembolso, conforme Cláusula Quarta do presente Instrumento, mediante depósito em conta bancária específica da APM;
- III- Baixar resolução, estabelecendo os critérios e formas de transferências, de aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros às APM's;
- IV- Prorrogar "de ofício" a vigência do Termo de Colaboração, quando houver atraso na liberação, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- V- Acompanhar e controlar a execução do presente Termo de Colaboração, diretamente ou por delegação de competência;
- VI- Prestar assistência técnica às APM's durante a vigência deste Termo de Colaboração;
- VII- Receber a prestação de contas, analisar quanto à execução do objetivo, segundo o Plano de Trabalho, e encaminhá-la ao Departamento de Orçamento e Contabilidade, na forma do disposto na Cláusula Sétima deste Termo.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA APM**

**3.1** Para execução do presente Termo de Colaboração, a APM obriga-se a:

- I- Abrir conta bancária específica no Banco do Brasil, com agência sediada em Ribeirão Pires, denominada APM da Escola;
- II- Aplicar, obrigatoriamente, os recursos depositados na conta bancária acima indicada, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança;
- III- Cumprir e fazer cumprir as instruções que receber do Município, relacionadas com os serviços a serem executados, e garantir o livre acesso de servidores do sistema de controle interno, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Termo de Colaboração, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- IV- Apresentar ao Município a prestação de contas dos recursos recebidos, na forma estabelecida na Cláusula Sétima;
- V- Manter em sua sede e em boa ordem, à disposição do Município, pelo prazo de 5 anos a contar da aprovação das contas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os documentos emitidos nominalmente e identificados com o número do Termo de Colaboração e demais registros contábeis;
- VI- Manter os recursos em conta bancária específica, efetuando saques somente para pagamento das despesas decorrentes da execução do presente Termo, mediante cheque nominativo ou ordem bancária ao credor ou para aplicação no mercado financeiro;
- VII- Restituir, até 10 dias do término da vigência do Termo de Colaboração, eventual saldo dos recursos recebidos, inclusive os oriundos de aplicações no mercado financeiro, mediante as instruções da Prefeitura;
- VIII- Restituir ao Município, no prazo improrrogável de até 10 dias após a deliberação do controle interno, o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com o Tesouro Municipal, nos casos previstos na Cláusula 9.1 e 9.2.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO**

**4.1** Para o desenvolvimento e implantação dos objetivos ora pactuados, o Município analisará o Plano de Trabalho específico para cada Unidade Escolar, a ser proposto pela APM, que conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- I- Identificação do objeto a ser executado;
- II- Metas a serem atingidas;
- III- Etapas ou fases de execução;
- IV- Plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V- Cronograma de desembolso;
- VI- Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim, da conclusão das etapas ou fases programadas;
- VII- Prestação de Contas.

**4.2** Excepcionalmente, admitir-se-á à APM propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pela unidade técnica e aprovada pela autoridade competente do órgão responsável pelo programa, não podendo ser alterado o objeto.

**4.3** A reformulação do Plano de Trabalho, em função das alterações previstas no item anterior, deverá ser proposta pela APM, com as devidas justificativas, que será apreciada pelo Município.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA TRANSFERÊNCIA**

**5.1** O Município transferirá à APM recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso estabelecido no Plano de Trabalho de que trata a Cláusula anterior.

**5.2** A importância resultante da revisão procedida na forma do parágrafo anterior, será depositada pelo Município, obedecidos aos prazos previstos no Plano de Trabalho, a favor da APM, na agência bancária respectiva.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE REPASSE E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**6.1** A transferência devida pelo Município à APM, será efetuada através de depósito em conta bancária específica aberta pela APM para esta finalidade, na forma do disposto na Cláusula Terceira, após a publicação do extrato do Termo.

**6.2** Os recursos transferidos na forma do disposto no item anterior, serão aplicados na aquisição de materiais de uso exclusivo da escola, podendo ser utilizados em quaisquer das finalidades:

- a)** didáticas;
- b)** escritório;
- c)** biblioteca;
- d)** educação física / recreação;
- e)** higiene e limpeza;
- f)** zeladoria;
- g)** roupas de cama, mesa e banho para alunos;
- h)** colchões, colchonetes e berços;
- i)** equipamentos eletroeletrônicos;
- J)** manutenção emergencial, pequenas adaptações e consertos de equipamentos;
- k)** formação de profissionais.

**6.3** Na utilização dos recursos transferidos deverão ser respeitados os limites estabelecidos para cada item, segundo a natureza da despesa, e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.

**6.4** A homologação do Plano de Trabalho pelo Supervisor Educacional é condição para liberação dos recursos.

**6.5** Caso os limites não sejam respeitados, o pagamento do excesso daí decorrente caberá exclusivamente à APM, desonerado o Município deste encargo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**7.1** A prestação de contas dos recursos recebidos por este Termo e Colaboração serão entregues ao Setor de Orçamento e Contabilidade, da seguinte forma: Anualmente, até 28 de fevereiro do ano subsequente, para análise na forma da legislação em vigor, respeitadas as exigências do TCE e orientações do Município, contendo os seguintes documentos:

- a)** demonstrativo da execução da receita e da despesa;
- b)** extrato bancário conciliado, evidenciando a movimentação dos recursos;
- c)** originais dos comprovantes fiscais das despesas executadas;
- d)** relatório circunstanciado da atividade desenvolvida no período, referente ao cumprimento do objeto;
- e)** balancete de 31 de dezembro do ano anterior, assinado por contador com registro no CRC, evidenciando escrituração dos ingressos e despesas a conta deste Termo de Colaboração;
- f)** parecer do Conselho Fiscal sobre a regularidade das contas e dos documentos comprobatórios;
- g)** comprovante de recolhimento do saldo, se houver;
- h)** relação de bens permanentes adquiridos ou produzidos;

**7.2** A falta de prestação de contas, no prazo estabelecido pelo Município, importará suspensão de repasses futuros.

**7.3** Para fins de comprovação de gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência do Termo de Colaboração, devendo os documentos comprobatórios serem originais e emitidos em nome da APM para análise do Município.

**7.4** Não poderão ser pagas com recursos do Termo de Colaboração despesas decorrentes de multas, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimento fora do prazo e a título de taxa de administração.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA POSSE DOS BENS**

**8.1** Quando da conclusão do objeto ou extinção deste Termo de colaboração, fica assegurado ao Município o direito de propriedade e uso dos bens remanescentes, adquiridos ou produzidos, em decorrência de sua execução, os quais serão exclusivamente destinados às escolas beneficiadas, cabendo a estas assumir a responsabilidade pela guarda e conservação desses bens.

#### **CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO**

**9.1** O presente Termo de Colaboração vigorará pelo prazo previsto para a execução do objeto no Plano de Trabalho, podendo ser rescindido por mútuo consentimento, ou denúncia de qualquer das partes, manifestada com antecedência mínima de 60 dias.

**9.2** A denúncia ou a rescisão do presente Termo de colaboração, de iniciativa do Município, ocorrerá quando da constatação, entre outras, das seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o objeto do Termo de Colaboração;
- b) não adoção por parte da APM, das medidas saneadoras eventualmente apontadas pelo Município na execução do presente Termo;
- c) quando não for executado o objeto do Termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO**

**10.1** O Termo de Colaboração será publicado por extrato, em órgão oficial de divulgação, no prazo de 15 dias, contados da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**11.1** Para qualquer dúvida ou ação que possam decorrer da execução desde Termo de Colaboração, fica eleito o Foro desta Comarca, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**11.2** Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas partes. E, por estarem assim ajustados, e pata que produza efeitos legais, firmam o presente Instrumento em 3 vias, juntamente com 2 testemunhas.

Ribeirão Pires, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

<b>NOME</b> <b>Cargo</b>	<b>DO</b>	<b>REPRESENTANTE</b> <b>que</b>	<b>DA</b>	<b>APM</b> <b>ocupa</b>
-----------------------------	-----------	------------------------------------	-----------	----------------------------

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

Tabela 8.3 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

RIBEIRÃO PIRES - SP

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: 1º Bimestre/2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
<b>1- RECEITA DE IMPOSTOS</b>	<b>148.472.000,00</b>	<b>24.104.232,90</b>
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	80.012.000,00	12.427.865,54
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	5.500.000,00	661.220,58
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	49.460.000,00	8.832.011,62
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	13.500.000,00	2.183.135,16
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>227.705.000,00</b>	<b>46.280.329,06</b>
2.1- Cota-Parte FPE	89.700.000,00	18.083.989,59
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	82.700.000,00	18.083.989,59
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	7.000.000,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	110.000.000,00	15.063.461,72
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	500.000,00	100.164,64
2.4- Cota-Parte ITR	5.000,00	1.893,25
2.5- Cota-Parte IPVA	27.500.000,00	13.030.819,86
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>376.177.000,00</b>	<b>70.384.561,96</b>
<b>4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))<sup>1</sup></b>	<b>44.141.000,00</b>	<b>9.256.065,71</b>
<b>5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))</b>	<b>49.903.250,00</b>	<b>8.340.074,68</b>
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
<b>6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS</b>	<b>63.000.000,00</b>	<b>11.335.554,66</b>
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	63.000.000,00	11.335.554,66
6.1.1- Principal	63.000.000,00	11.322.040,07
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	13.514,59
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00



6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira				0,00	0,00	
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb				0,00	0,00	
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR				0,00	0,00	
6.4.1- Principal				0,00	0,00	
6.4.2- Rendimento de Aplicação Financeira				0,00	0,00	
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb				0,00	0,00	
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)				18.859.000,00	2.065.974,36	
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)				VALOR		
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT				0,00		
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR				0,00		
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS				0,00		
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)				11.335.554,66		
DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB  (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	62.950.000,00	11.276.633,93	11.276.633,93	11.276.633,93	0,00	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	62.950.000,00	11.276.633,93	11.276.633,93	11.276.633,93	0,00	
10.1.1 - Educação Infantil	49.232.200,00	8.343.399,68	8.343.399,68	8.343.399,68	0,00	
10.1.2- Ensino Fundamental	13.717.800,00	2.933.234,25	2.933.234,25	2.933.234,25	0,00	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) <sup>7</sup> (h)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO <sup>5 e 9</sup> (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	11.276.633,93	11.276.633,93	11.276.633,93	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	11.276.633,93	11.276.633,93	11.276.633,93	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11.276.633,93	11.276.633,93	11.276.633,93	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal<sup>2</sup></b>			<b>VALOR EXIGIDO (j)</b>	<b>VALOR APLICADO (k)</b>	<b>VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)</b>	<b>% APLICADO<sup>10</sup> (m)</b>
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA			7.934.888,26	11.276.633,93	11.276.633,93	99,48
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)			0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL			0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)<sup>3</sup></b>	<b>VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)</b>		<b>VALOR NÃO APLICADO (o)</b>	<b>VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)</b>	<b>VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)</b>	<b>% NÃO APLICADO (r)</b>
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	1.133.555,47		58.920,73	58.920,73	0,00	0,52
<b>INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)<sup>3</sup></b>	<b>VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)</b>	<b>VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)</b>	<b>VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)</b>	<b>VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)</b>	<b>VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)</b>	<b>VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE NO EXERCÍCIO ATUAL (x)</b>
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	4.512.243,63	0,00	0,00	0,00	0,00	
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.512.243,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b><u>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)</u></b>						
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>DOTAÇÃO</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR</b>	

- EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	NÃO PROCESSADOS (g)
<b>20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>60.217.700,00</b>	<b>22.965.727,81</b>	<b>9.937.362,25</b>	<b>7.559.637,05</b>	<b>13.028.365,56</b>
20.1- Educação Infantil	29.866.000,00	10.757.922,19	4.383.577,32	3.413.032,97	6.374.344,87
20.2- Ensino Fundamental	22.268.200,00	10.606.930,79	3.952.910,10	2.617.555,72	6.654.020,69
20.3- Educação de Jovens e Adultos	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
20.4- Educação Especial	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00
20.5- Administração Geral	7.683.500,00	1.200.874,83	1.200.874,83	1.129.048,36	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB</b>					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) <sup>6</sup>	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB</b>	<b>123.167.700,00</b>	<b>34.242.361,74</b>	<b>21.213.996,18</b>	<b>18.836.270,98</b>	<b>13.028.365,56</b>
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	79.098.200,00	19.101.321,87	12.726.977,00	11.756.432,65	6.374.344,87
21.1.1- Creche	48.748.100,00	12.148.487,29	9.566.362,62	9.037.762,36	2.582.124,67
21.1.2- Pré-escola	30.350.100,00	6.952.834,58	3.160.614,38	2.718.670,29	3.792.220,20
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	44.069.500,00	15.141.039,87	8.487.019,18	7.079.838,33	6.654.020,69
<b>APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL</b>				<b>VALOR</b>	
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)				9.937.362,25	
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)				9.256.065,71	
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)				0,00	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)				0,00	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS <sup>4</sup>				0,00	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))				0,00	
<b>28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)</b>				<b>19.193.427,96</b>	
<b>APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL <sup>2 e</sup> 5</b>	<b>VALOR EXIGIDO (z)</b>	<b>VALOR APLICADO (aa)</b>		<b>% APLICADO (ab)</b>	
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	17.596.140,49	19.193.427,96		27,27	
<b>RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE<sup>8</sup></b>	<b>SALDO INICIAL (ac)</b>	<b>RP LIQUIDADOS (ad)</b>	<b>RP PAGOS (ae)</b>	<b>RP CANCELADOS (af)</b>	<b>SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)</b>
<b>30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE</b>	<b>1.740.219,88</b>	<b>0,00</b>	<b>1.711.054,54</b>	<b>0,00</b>	<b>29.165,34</b>
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.740.219,88	0,00	1.711.054,54	0,00	29.165,34
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
				<b>RECEITAS</b>	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				PREVISÃO ATUALIZADA (a)	REALIZADAS Até o Bimestre (b)
<b>31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>				<b>8.800.000,00</b>	<b>1.473.305,37</b>
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)				8.800.000,00	1.473.305,37
31.1.1- Salário-Educação				7.300.000,00	1.338.777,17
31.1.2- PDDE				0,00	0,00
31.1.3- PNAE				1.500.000,00	127.706,67
31.1.4- PNATE				0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE				0,00	6.821,53
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) <sup>6</sup>	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO</b>	<b>9.014.169,32</b>	<b>7.028.632,28</b>	<b>582.956,99</b>	<b>0,00</b>	<b>6.445.675,29</b>
32.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	5.006.000,40	4.629.812,89	576.393,47	0,00	4.053.419,42
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	2.508.168,92	2.263.863,19	6.563,52	0,00	2.257.299,67
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	1.500.000,00	134.956,20	0,00	0,00	134.956,20
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA Até o Bimestre (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
<b>33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)</b>	<b>132.181.869,32</b>	<b>41.270.994,02</b>	<b>21.796.953,17</b>	<b>18.836.270,98</b>	<b>19.474.040,85</b>
33.1- Despesas Correntes	128.661.900,28	40.511.049,47	21.796.953,17	18.836.270,98	18.714.096,30
33.1.1- Pessoal Ativo	86.138.500,00	14.979.748,95	14.979.748,95	14.079.895,77	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	4.650.000,00	3.652.929,68	579.799,33	290.158,92	3.073.130,35
33.1.4- Outras Despesas Correntes	37.873.400,28	21.878.370,84	6.237.404,89	4.466.216,29	15.640.965,95
33.2- Despesas de Capital	3.519.969,04	759.944,55	0,00	0,00	759.944,55
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas Capital	3.519.969,04	759.944,55	0,00	0,00	759.944,55
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		0,00		735.921,60	
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)		11.335.554,66		1.338.777,17	
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)		11.276.633,93		23.094,10	
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		58.920,73		2.051.604,67	
38- (+) AJUSTES POSITIVOS ( RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		0,00		0,00	

39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	58.920,73	2.051.604,67

FONTE: Sistema: SIOPE, Unidade Responsável: FNDE/MEC, Data da Emissão: 1/4/2024 Hora da Emissão: 8:16:30

<sup>1</sup>Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.

<sup>2</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>3</sup>Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: “Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.”

<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>5</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>6</sup>As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

<sup>7</sup>Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

<sup>8</sup>Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

<sup>9</sup>Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

<sup>10</sup>Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

XX